



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA**

Santa Mônica - Estado do Paraná

CNPJ 01.855.537/0001-04

Rua Marieta Mocellin nº 588 - Cep 87.915-000

Fone/Fax (0\*\*44) 3455-1209 - E-mail: [camarasantamonica@gmail.com](mailto:camarasantamonica@gmail.com)

**PORTARIA N.º 12/2018.**

SÚMULA:- Concede Férias e dá Outras Providências.

JOSÉ OTACÍLIO DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Santa Mônica, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**


Conceder a Servidora abaixo nominada, férias por um período de 10 (dez) dias consecutivos, referente ao período aquisitivo: 07/11/2016 a 06/11/2017, a ser gozadas no período de 05 de dezembro de 2018 a 14 de dezembro de 2018.

**Camila Mourão Viudes**, ocupante do cargo provimento efetivo de Contadora.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, convalidando seus efeitos a partir de 05.12.2018 (inclusive), revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Santa Mônica, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de novembro de 2018.

  
**JOSÉ OTACÍLIO DOS SANTOS**  
Presidente



### MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE


PORTARIA Nº 152/2018  
SÚMULA: Concede Licença Prêmio.  
Rozinei Aparecida Raggiotto Oliveira, Prefeita de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,  
  
RESOLVE:  
Conceder 84 (OITENTA E QUATRO) dias de Licença Prêmio a Servidora ANI CARLA NASCIMENTO DA CRUZ, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, portadora da Cédula de Identidade com RG. nº. 8.090.669-2 e do CPF. nº. 053.243.029-88, referente ao período aquisitivo de 2004/2009 e 2009/2014, conforme Artigo 192 da Lei nº. 069/2003, alterada pelo Artigo 1º da Lei nº 1.288 de 20 de Dezembro de 2012, retroativo em 14/11/2018.  
Registre-se e  
  
Publique-se.  
Querência do Norte – Pr., 29 de Novembro de 2018.  
  
ROZINEI A. RAGGIOTTO OLIVEIRA  
Prefeita



### CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA

Santa Mônica - Estado do Paraná  
CNPJ 01.855.537/0001-04  
Rua Marieta Mocellin nº 588 - Cep 87.915-000  
Fone/Fax (0\*\*44) 3455-1209 - E-mail: camarasantamonica@gmail.com

**PORTARIA N.º 12/2018.**  
SÚMULA:- Concede Férias e dá Outras Providências.  
JOSÉ OTACILIO DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Santa Mônica, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,  
  
RESOLVE:  
Conceder a Servidora abaixo nominada, férias por um período de 10 (dez) dias consecutivos, referente ao período aquisitivo: 07/11/2016 a 06/11/2017, a ser gozadas no período de 05 de dezembro de 2018 a 14 de dezembro de 2018.  
  
Camila Mourão Viudes, ocupante do cargo provimento efetivo de Contadora.  
  
Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, convalidando seus efeitos a partir de 05.12.2018 (inclusive), revogando-se as disposições em contrário.  
  
Câmara Municipal de Santa Mônica, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de novembro de 2018.  
  
JOSÉ OTACÍLIO DOS SANTOS  
Presidente



### CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTINA DO PARANÁ

Praça Giacomio Madalozzo, 234 - Centro.  
C.N.P.J. 01.775.788/0001-70 Fone (44) 3435.1511  
Caixa Postal n.º 0004 CEP- 87.860-000  
PODER LEGISLATIVO  
PLANALTINA DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ

**Portaria nº 27/2018**

Autoriza a concessão de diárias para o Servidor Wagner Ostapechem Moreira.

O Presidente da Câmara Municipal de Planaltina do Paraná – Estado do Paraná, no uso das atribuições legais

**Resolve:**

Art. 1º Autorizar a concessão de 4 (quatro) diárias para o servidor Wagner Ostapechem Moreira, visando deslocamento até a Cidade de Curitiba/PR, para a participação no curso oferecido pela empresa UNIPÚBLICA (Eficiência Capacitação e Treinamento Profissional Eireli-ME), entre os dias 04/12/2018 a 07/12/2018, com o tema "LRF e Portal da Transparência – Regras Atualizadas".

Art. 2º Para cobertura das despesas de viagem (alimentação, hospedagem e deslocamento urbano) referida no art. 1º, será devido o valor total de R\$ 1.268,04 (um mil, duzentos e sessenta e oito reais e quatro centavos).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Planaltina do Paraná, aos 30 de novembro de 2018.

João Paulo Soares Braga  
Presidente da Câmara



### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE

ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Tapejara, n.º 88 - Centro - Cx. Postal nº 91 - CEP 87.780-000 - Fone: (44) 3431-4000  
Paraisópolis do Norte - Estado do Paraná - CNPJ: 75.476.556/0001-58  
www.paraisodonorte.pr.gov.br e-mail: contabilidade@paraisodonorte.pr.gov.br

**DECRETO Nº 738/2018**

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar na importância de R\$ 472,00 (quatrocentos e setenta e dois reais).

Ladário de Freitas, Prefeito do Município, no uso de suas atribuições legais e das que foram conferidas pela Lei nº 282/2017, de 19 de Dezembro de 2017,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberta no orçamento municipal vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 472,00 (quatrocentos e setenta e dois reais), nas seguintes dotações:

Programática	Fone	Descrição	
06.000.00.000.0000.0.000		Departamento de Saúde	
06.001.00.000.0000.0.000		Fundo Municipal de Saúde	
06.001.10.301.0011.2.036		Atividades das Unidades Básicas de Saúde	
	3.1.90.13.00.00	01303 Obrigações Patronais	352,00
06.001.10.301.0011.2.038		Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF	120,00
	3.1.90.13.00.00	01303 Obrigações Patronais	120,00
Total da Suplementação			472,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1º servirá como recurso o cancelamento parcial das dotações abaixo especificadas, de acordo com o artigo 43, I, da Lei Federal nº 4.320/64.

Programática	Fone	Descrição	
06.000.00.000.0000.0.000		Departamento de Saúde	
06.001.00.000.0000.0.000		Fundo Municipal de Saúde	
06.001.10.301.0011.2.036		Atividades das Unidades Básicas de Saúde	
	3.1.90.36.00.00	01303 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	352,00
06.001.10.301.0011.2.038		Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF	120,00
	3.1.90.34.00.00	01303 Indenizações e Restituições Trabalhistas	120,00
Total da Suplementação			472,00

Art. 3º - Fica incluído na Lei 281/2017 - Plano Plurianual (PPA 2018/2021), e na Lei 257/2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2018), as despesas provenientes do artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paraisópolis do Norte, 29 de Novembro de 2018

Ladário de Freitas  
Prefeito do Município



### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAMBOARA

ESTADO DO PARANÁ  
Praça Isabel Marcos Beltrame, n.º 2000 - ☎ (44) 460-1109 - (44)460-1170  
E-Mail: [pref.tamboara@oul.com.br](mailto:pref.tamboara@oul.com.br) Fax (44) 460-1522 (44) 460-1523  
Caixa Postal 91 - CEP 87760-000 - TAMBOARA - PARANÁ  
CNPJ - 76.978.519/0001-00

**PORTARIA Nº. 191 / 2018**  
ANTONIO CARLOS CAUNETO, Prefeito do Município de Tamboara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,  
  
RESOLVE:  
Art. 1º - Conceder Férias regulamentadas a funcionária abaixo relacionada:

Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Celia Regina Sanches Fregolente	04/05/2017 a 03/05/2018	03/12/2018 a 12/12/2018


Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do município de Tamboara, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de novembro do ano de 2018.

ANTONIO CARLOS CAUNETO  
Prefeito Municipal

### NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

Através do presente, a **UNIMED DE PARANAVAI COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.076.069/0001-09, com sede na Rua Antônio Felipe, nº 1.545 - CEP: 87.704-030, Centro, na cidade de Paranavai-PR, operadora registrada na ANS sob o nº 320862, vem com o devido respeito e atenção, **NOTIFICAR**, o beneficiário devidamente cadastrado no CPF 028.390.109-\*\*- cadastrado junto a esta Operadora de Planos de Saúde sob o nº 1500000001553233 acerca da **suspensão e/ou rescisão unilateral do contrato**, por não pagamento da mensalidade por período superior a 60 (sessenta) dias. O não comparecimento no prazo de 05 (cinco) dias caracterizará Rescisão Unilateral do Contrato Individual, conforme determina o Artigo 13, Parágrafo Único, inciso II da Lei 9.656/98.



### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO DO NORTE

Avenida Rui Barbosa, 944 - Centro - Cx. Postal nº 91 - CEP: 87780-000 - Fone: (44) 3431-1368  
Paraisópolis do Norte - Estado do Paraná - CNPJ: 09.196.380/0001-31  
[www.paraisodonorte.pr.gov.br](http://www.paraisodonorte.pr.gov.br) - e-mail: [diretoria-saude@paraisodonorte.pr.gov.br](mailto:diretoria-saude@paraisodonorte.pr.gov.br)

**RESOLUÇÃO Nº 02/2017**

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO DO NORTE/PR, no uso de suas atribuições:


- Considerando a Resolução Municipal nº 01/2017 de 08 de fevereiro de 2017, que estabelece os procedimentos e atividades inerentes a Ouvidoria Municipal do SUS,

**RESOLVE:**

Art. 1º Indicar o servidor Gerson Pereira da Silva como Ouvidor Municipal do SUS de Paraisópolis do Norte/PR.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paraisópolis do Norte, 08 de fevereiro de 2017.

  
Nair Maria Vichiotti Dinis  
Diretora do Departamento Saúde

**RESOLUÇÃO Nº 01/2017**

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO DO NORTE/PR, no uso de suas atribuições:

- Considerando o artigo 37, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal de 1988, que prevê a existência de uma lei que discipline as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta e que regule as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;
- Considerando o Pacto de Gestão do SUS (Portaria GM/MS nº 399/2006), Eixo 7, tópico 7.1, alínea 'e', que prevê o apoio à implantação e implementação de Ouvidorias nos municípios e estados como ação de fortalecimento para o processo de participação social no SUS;
- Considerando a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do SUS - ParticipaSUS (Portaria GMMS nº 3.027/2007), que vislumbra a implantação de Ouvidorias como uma das formas de fortalecer os mecanismos de participação social e qualificar a gestão participativa do Sistema Único de Saúde - SUS;
- Considerando o disposto no Capítulo II, Seção V do Decreto Estadual nº 777/2007, de 09 de maio de 2007, normatizado pelos artigos 32 e 34 do Decreto Federal nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que define as competências da Ouvidoria;
- Considerando a definição do Ministério da Saúde, de que a Ouvidoria do SUS constitui-se num espaço estratégico e democrático de comunicação entre o cidadão e os gestores do Sistema Único de Saúde, relativos aos serviços prestados;
- Considerando ainda que, com o objetivo de assegurar esse direito de participação na gestão pública em saúde, as Ouvidorias do SUS apoiam-se nos princípios e diretrizes que determinam as ações e serviços em saúde, expressos nos artigos 196, 197 e 198 da Constituição Federal e na Lei nº 8.080/90;
- Considerando a Deliberação CIB/PR nº 42, aprovada em 27 de março de 2012, que define critérios mínimos para implantação de Ouvidoria Municipal do SUS no Estado do Paraná,

**RESOLVE:**

Art. 1º Definir os principais objetivos da Ouvidoria Municipal do SUS:

a) propiciar ao cidadão um instrumento de defesa de seus direitos e um canal de comunicação com a administração do Departamento Municipal de Saúde de Paraisópolis do Norte/Paraná;

b) atuar com ética, transparência e imparcialidade, de forma a garantir respostas às manifestações recebidas e assegurar ao cidadão oportunidade de participação na gestão pública, traduzida pela capacidade de manifestação de suas sugestões, reclamações e denúncias e elogios através de canais de contato ágeis e eficazes; com a preservação dos aspectos éticos de prioridade e confiabilidade de todas as etapas no processo das informações;

c) contribuir para a melhoria dos serviços prestados pelo município e para o combate à corrupção e atos de improbidade administrativa;

Art. 2º Estabelecer as atribuições da Ouvidoria Municipal do SUS:

a) receber, analisar, encaminhar, acompanhar as reclamações, denúncias ou críticas, informações e sugestões apresentadas por cidadãos;

b) formular e proceder às respostas aos usuários acerca das demandas;

c) acompanhar o trâmite das demandas dentro do prazo estabelecido para resposta ao cidadão;

d) promover ações de informação e conhecimento acerca da Ouvidoria, junto à população em geral;

e) apresentar e divulgar relatórios das atividades da Ouvidoria.

Art. 3º As manifestações à Ouvidoria deverão conter as seguintes informações:

a) característica da informação, caráter da informação, identificação do manifestante, endereço completo, meios disponíveis para contato (fone, fax, e-mail), informações sobre o fato e sua autoria, se for o caso, a indicação das provas de que tenha conhecimento;

b) não serão aceitas demandas sob estado do anonimato, salvo se a demanda estiver registrada de forma completa para averiguação e /ou acompanhada de prova documental.

Parágrafo primeiro: será mantida a privacidade do reclamante que enviar demanda sob o estado de sigilo, quando expressamente solicitado ou quando tal providência se fizer necessária.

Parágrafo segundo: as manifestações poderão ser feitas pelos seguintes meios: Pessoalmente: Avenida Rui Barbosa Nº. 944 - Centro de Saúde, Fone: (44) 34311568 Ramal 206, Internet: Site [www.paraisodonorte.pr.gov.br](http://www.paraisodonorte.pr.gov.br) no link Ouvidoria, através do formulário disponível no Sistema.

Art. 4º O (a) Ouvidor (a), mediante despacho fundamentado, poderá determinar liminarmente o arquivamento de reclamação que lhe tenha sido encaminhada e que, a seu juízo, seja improcedente, como a falta de informações suficientes para encaminhamento.

Art. 5º O (a) Ouvidor (a) e toda sua equipe deverão atuar segundo princípios éticos, pautando seu trabalho pela legalidade, legitimidade, imparcialidade, moralidade, e ética.

Art. 6º O (a) Ouvidor (a), no exercício de sua função, terá assegurado autonomia e independência de ação, sendo-lhe franqueado acesso livre a qualquer dependência ou servidor da Instituição, bem como a informações, registros, processos e documentos de qualquer natureza que, a seu exclusivo juízo, reputar necessários ao pleno exercício de suas atribuições.

Art. 7º As manifestações serão classificadas e terão os seguintes prazos de resposta ao cidadão serão:

Informação/Orientação - Urgente - de 01 a 05 dias

Solitação - Alta - de 05 a 15 dias

Reclamação - Média - de 16 a 45 dias

Denúncia - Baixa - de 45 a 90 dias

Art. 8º Para auxiliar no desempenho de suas funções, a Ouvidoria terá uma equipe mínima composta de:

-01 (um) Ouvidor (a)

-01 (um) Auxiliar Administrativo (a)


Art. 9º A Ouvidoria contará com a seguinte estrutura física:


-01 sala para Ouvidor (a) e sua equipe.

Art. 10. É dever dos dirigentes e servidores da Instituição atender, com presteza, pedidos de informação ou requisições formuladas pela Ouvidoria, de forma satisfatória a atender as necessidades do cidadão e o bom funcionamento da Ouvidoria.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paraisópolis do Norte, 08 de fevereiro de 2017.

  
Nair Maria Vichiotti Dinis  
Diretora do Departamento Saúde



### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.641.916/0001-37  
Rua Marieta Mocellin nº 588 - Cep 87.915-000  
Fone/Fax (0\*\*44) 3455-1107

**LEI N.º 54/2018**

**EMENTA:** Altera o art. 9º, incisos I e II, da Lei n.º 039/2011 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA, Estado do Paraná, APROVOU e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** A Lei nº 039/2011 que dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, a Conferência Municipal de Assistência Social, o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 9º** - .....

**I** - .....

**a.** 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Ação Social;

**b.** 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

**c.** 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação.

**II** - .....

**a.** .....

**b.** 01 representante de entidade Prestadora de Serviço da Área de Assistência Social, no âmbito municipal;

**c.** .....

**Art.2º** - Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 29 de Novembro de 2018.

Sérgio José Ferreira  
Prefeito Municipal

### PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

Decreto nº 473/2018

Súmula: Declara de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, imóvel que especifica e dá outras providências.

Júlio Cesar da Silva Leite, Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições do cargo e com fundamento no inciso XVIII do artigo 7º, no inciso XI do Art. 84 e alínea "e" do Art. 104, todos da Lei Orgânica do Município, combinados com o artigo 2º e alínea "I" do artigo 5º, ambos do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941...

Considerando que não há mais terreno disponível no município, com tamanho e localização adequada para instalação de indústrias;

Considerando a necessidade de ampliar a oferta de empregos e aumentar a arrecadação do Município, especialmente o ICMS e ISSQN;

Considerando existir interesse de empresários em investir em unidades industriais em nosso município;

**DECRETA**

Art. 1º. Declara de Utilidade Pública, para fins de desapropriação amigável e/ou judicial, para fins de implantação de empreendimentos industriais, as áreas de terras abaixo discriminadas:

□ Área de terras medindo 2,5 alqueires paulistas ou sejam 6,05 has, que constitui a chácara nº 127, 1ª Zona da Gleba SINOP, situada neste município, com as seguintes divisas e confrontações: Pela cabeceira com uma estrada de rodagem, na distância de 160,00 metros; pelos fundos, na mesma distância, com a chácara nº 37; de um lado, com a chácara nº 129 e finalmente de outro lado, com a chácara nº 125, na distância de 378,20 metros, de propriedade de Hélio Pelógia, conforme Matrícula do CRI Local nº 1.070.

□ Área de terras com 23.860 metros quadrados ou 2,386 hectares ou 0,986 alqueire paulista, que constitui o remanescente da chácara nº 37, parte dos lotes 01 a 26 da Gleba 1-B, 2ª parte, 3ª seção, situada neste Município, com as seguintes confrontações: Principando num marco de madeira de lei cravado na divisa, segue daí rumo NW 81º30' a uma distância de 155,20 metros, confrontando-se com a estrada até outro marco, daí segue rumo SW 8º30' a uma distância de 160 metros confrontando-se com a chácara 127 até outro marco semelhante, daí rumo 81º30'SE a uma distância de 143,20 metros confrontando-se com a chácara 39 até outro marco, segue daí rumo 119º30' NW a uma distância de 108 metros até um marco e rumo 8º30' NW a uma distância de 50 metros até outro marco ambos confrontando-se com a chácara 37-A até o marco inicial que é o ponto de partida perfazendo uma área total de 23.860 metros quadrados, de propriedade de Hélio Pelógia, conforme Matrícula do CRI Local nº 5.216.

Art. 2º. Nos Termos do Laudo de Avaliação da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, o valor das desapropriações acima referenciadas é de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), que deverá ser pago em pecúnia, diretamente à proprietária das áreas, no ato da assinatura da escritura de compra e venda.

Art. 3º A desapropriação de que trata este Decreto é de natureza URGENTE, para efeitos de imediata imissão de posse da área em referência, em conformidade com o disposto no artigo 15 do Decreto Lei nº 3.365/41 e posteriores alterações.

Art. 4º. As despesas com a execução deste decreto correrão por conta da seguinte dotação:

0 - Recursos Ordinários Livres  
07 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
07.003 - Divisão de Indústria e Comércio  
22.661.0020.1133 - Aquisição de Terrenos - Indústria e Comércio  
4.4.90.61.00.00 - Aquisição de imóveis

Art. 5º O Imóvel de que trata este Decreto será destinado a empreendimentos de geração de emprego e renda, no ramo industrial, devidamente precedidos de Lei e licitação na modalidade concorrência.

Art. 6º As despesas com escrituração e transferência de propriedade do imóvel será custeada com recursos livres do Município.

Art. 7º A finalidade da declaração de utilidade pública referida no presente decreto, é a prevista na alínea "I" do Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941 (abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiénica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais).

Art. 8º As áreas objeto do presente Decreto possui como benfeitoria uma casa residencial em alvenaria com aproximadamente 70m2.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 423/2018.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO (30/11/2018).

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE  
Prefeito Municipal

### MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO NORTE

ESTADO DO PARANÁ

**TERMO DE RE-RATIFICAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL 69/2018**

Fica ratificado o Termo de Homologação do Pregão Presencial 69/2018, cujo objeto é o registro de preços para futuras e eventuais contratação de empresa para prestação de serviços de emassamento e pintura dos prédios públicos localizados no Município de Diamante do Norte, segue abaixo ratificações:

**ONDE SE LÊ: "EDUARDO HENRIQUE DA SILVA** Pessoa jurídica, devidamente inscrita no CNPJ nº 20.368.899/0001-07, com sede na Rua Rubi 79 Centro CEP: 87.990-000 em Diamante do Norte Pr. vencedora no Lote 01, item nº 01, perfazendo um valor total de R\$ 4.212,90 (quatro mil duzentos doze reais e noventa centavos)."

**LEI-SE: "EDUARDO HENRIQUE DA SILVA** Pessoa jurídica, devidamente inscrita no CNPJ nº 20.368.899/0001-07, com sede na Rua Rubi 79 Centro CEP: 87.990-000 em Diamante do Norte Pr. vencedora no Lote 01, item nº 01, perfazendo um valor total de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais)".

Fica ratificado os demais termos.

Município de Diamante do Norte, 30 de novembro de 2018.

DANIEL DOMINGOS PEREIRA  
Prefeito

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

PORTARIA Nº 195/2018  
EVANDRO MARCELO DA SILVA, Prefeito Municipal de Itaipua do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor:

**RESOLVE**

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares à servidora SILVANA MARIA CARDOSO MOREIRA ALVES, RG. Nº 28.257.074-3, período aquisitivo 2016/2017, com o cargo de Auxiliar Comunitário de Saúde, lotada no Departamento de Saúde - Divisão de Saúde.

Artigo 2º - As férias, ora concedidas, serão usufruídas no período de 30/11/2018 à 29/12/2018.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaipua do Sul, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de novembro de 2018.

EVANDRO MARCELO DA SILVA  
Prefeito Municipal